



A FUNÇÃO REVOLUCIONÁRIA DA MULHER: REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NOS JORNAIS OPERÁRIOS E ANARQUISTAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Eliza Bacheга Casadei ¹

RESUMO: A partir de um estudo dos jornais operários e anarquistas brasileiros do início do século XX – notadamente A Guerra Social, A Lanterna e A Plebe –, o objetivo do presente trabalho é mapear as representações do feminino nestes veículos no que diz respeito à função da mulher na sociedade burguesa, de um lado, e à sua função na luta social, de outro. De uma maneira geral, é possível notar que estes jornais encampavam as causas feministas, muito embora isso fosse articulado a partir de um conjunto de representações ambivalentes. A educação, o casamento e a religião são os principais eixos destas representações, seja pela via do papel de reforço que esses elementos (ligados ao feminino) atuavam na consolidação dos valores da sociedade burguesa, seja pela via de como a rearticulação destes elementos poderia levar ao aprimoramento da luta social e da construção da sociedade revolucionária.

PALAVRAS-CHAVE: *História; Jornais Anarquistas; Mulher; Revolução.*

¹ Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e professora dos cursos de Comunicação Social do Complexo Educacional FMU-FIAM-FAAM. E-mail: elizacasadei@yahoo.com.br

Introdução

A imprensa anarquista se constituiu como uma das grandes forças aglutinadoras dos trabalhadores do início do século XX no Brasil (FAUSTO, 1983). Estima-se que, de 1890 a 1920, tenham surgido no país mais de 300 jornais anarquistas, metade deles em São Paulo, e muitos (em torno de 35% destes) em idioma estrangeiro: “dos 343 títulos, 60 eram editados em outros idiomas: um em alemão, quatro em espanhol e 55 em italiano” (LOPES, 2008).

Caracterizada como uma imprensa de claras pretensões políticas, a principal tarefa dessas publicações não era apenas a divulgação dos ideais anarquistas, mas, principalmente, seu papel era pensado como um mecanismo de conscientização e educação do trabalhador, bem como instrumento de mobilização e organização operária.

De acordo com Lopes (2008), uma das características marcantes comuns a esses periódicos era:

a não-existência de repórter. As redações recebiam farto material sobre o movimento operário, incluindo cartas, relatórios de sindicatos, denúncias etc. Geralmente em formato tablóide e em quatro páginas, esses veículos nem sempre tinham publicidade, viviam das contribuições dos trabalhadores e da renda dos sindicatos e associações. Quando existia um anúncio de um produto, surgia com a recomendação da própria redação, dando um caráter de escolha política. Seu conteúdo não era meramente noticioso. Normalmente reproduziam na íntegra textos e conferências, além de charges reforçando o editorial. Não havia preocupação de recursos estéticos, os textos intensos ocupavam toda a página.

Em consonância com o discurso anarquista da época, um outro pressuposto comum a muitos desses jornais era a ênfase do papel da educação, seja como elemento perpetuador das desigualdades sociais, seja como fator social que possibilitaria o fim da opressão.

Se, para eles, a educação burguesa tradicional oferecida pelo aparelho estatal e pelas instituições religiosas acabava por reproduzir as estruturas da dominação por detrás de um pretensório discurso de neutralidade, era urgente que os trabalhadores lutassem pela apropriação do sistema educacional, possibilitando o acesso às informações que permitiriam uma verdadeira ação social. “Preocupados com a alta taxa de analfabetismo presente na classe trabalhadora e como este fato dificultava a

divulgação de seus ideais entre estes, os libertários voltaram seus olhos à educação de seus militantes, já que somente assim ocorreria um verdadeiro engajamento do trabalhador a luta dos sindicatos” (GONÇALVES, 2012).

É em consonância a este preceito mais geral que é possível entender o modo como esses jornais entendiam a participação feminina no movimento anarquista.

A partir de um estudo dos jornais operários e anarquistas brasileiros do início do século XX – notadamente *A Guerra Social*, *A Lanterna* e *A Plebe* –, o objetivo do presente trabalho é mapear as representações do feminino nestes veículos no que diz respeito à função da mulher na sociedade burguesa, de um lado, e à sua função na luta social, de outro.

De uma maneira geral, é possível notar que estes jornais encampavam as causas feministas, muito embora isso fosse articulado a partir de um conjunto de representações ambivalentes. A educação, o casamento e a religião são os principais eixos destas representações, seja pela via do papel de reforço que estes elementos (ligados ao feminino) atuavam na consolidação dos valores da sociedade burguesa, seja pela via de como a rearticulação destes elementos poderia levar ao aprimoramento da luta social e da construção da sociedade revolucionária.

De uma maneira geral, é possível notar que eram poucas as mulheres que escreviam nestes jornais, de forma que uma grande parte dos artigos publicados que versavam sobre o feminismo era de autoria masculina. No presente artigo, iremos explorar justamente esses artigos assinados por homens, que versavam sobre a participação da mulher na sociedade revolucionária.

A participação feminina para o movimento anarquista: o caso de *A Guerra Social*

Em termos gerais, é possível afirmar que o movimento anarquista brasileiro do início do século XX tomava como pressuposto o fato de que “a questão da emancipação da mulher poderia ser encaminhada e resolvida por intermédio da ‘revolução social’ mais ampla, que daria origem a um mundo fundado na igualdade, na justiça e na liberdade”. A causa feminista seria resolvida como uma consequência da emancipação de toda a humanidade, uma vez que a opressão sexual era considerada como um dos

modos da exploração do homem pelo homem. “Assim como as socialistas e as comunistas, as anarquistas consideravam a questão feminista secundária em relação ao conflito de classes sociais, cuja resolução, conseqüentemente, acabaria com o problema da opressão sexual” (RAGO, 2006, p. 596-597).

As militantes anarquistas, contudo, diferenciavam-se destes outros dois grupos em alguns aspectos centrais. Segundo Rago (2006, p. 597), ao contrário de outros grupos feministas tradicionais do período e condizentes com os preceitos mais amplo do anarquismo, as feministas anarquistas não reivindicavam o direito ao voto – “por considerarem que de nada adiantaria participar de um campo político já profundamente atravessado pelas relações de poder, social e sexualmente hierarquizadas” – e também se recusavam a formar um partido político próprio. “De acordo com sua concepção, um partido reproduziria, tanto internamente quanto em relação à sociedade, as mesmas relações hierárquicas e de poder que elas procuravam destruir no mundo burguês, e instauraria as mesmas formas de desigualdade que eram criticadas” (RAGO, 2006, p. 598).

No jornal anarquista *A Guerra Social*, é possível ver delineamentos claros destes princípios mais gerais que dizem respeito ao papel da mulher na sociedade revolucionária. Lançado no Rio de Janeiro em 29 de Junho de 1911, o periódico tem uma duração de 32 números, sendo publicado até 16 de Outubro de 1912. A sua fundação é obra de um grupo de militantes anarquistas que possuíam o mesmo nome e, “no período de um pouco mais de 15 meses em que o jornal esteve em circulação, contribuiu muito para classe de trabalhadores de sua época, sendo um dos mais importantes meios de propaganda operária no Rio de Janeiro” (DANIEL, 2011).

A pouca longevidade dos periódicos é uma das marcas da imprensa anarquista brasileira do início do século, que tem que lidar com os altos custos de impressão e difusão, bem como determinados problemas políticos. Segundo Fausto (1983, p. 94), “nenhum jornal explicitamente anarquista do Rio de Janeiro (*Novo Rumo, A Guerra Social, Na Barricada*) conseguiu manter-se por muito tempo, com a exceção significativa de *A Voz do Trabalhador*”.

A Guerra Social circulava quinzenalmente e possuía uma média de 4 páginas por edição. O jornal “teve como colaboradores figuras ilustres na propaganda libertária

no Brasil e na América Latina como Neno Vasco, Manoel Moscoso, Ernesto Herrera, José Cordeiro, Polydoro Santos, Leão Aymoré e outros”. Além disso, “sua forma de distribuição era de vendas avulsas ou assinaturas” e “o jornal fazia questão de anunciar que a sua circulação dependia única e exclusivamente dos próprios trabalhadores, e que esses também poderiam contribuir para sua divulgação” (DANIEL, 2011)².

Além das assinaturas dos trabalhadores, o jornal também era sustentado pela promoção de festas e eventos que eram noticiados nas páginas do periódico.

O principal assunto tratado pelo jornal era a cobertura da movimentação sindical, com notícias constantes sobre as greves e as movimentações trabalhistas, bem como um conjunto bastante vasto de artigos que tratavam sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores e as propostas de reformulação e superação da sociedade burguesa.

A coluna “O Mundo Operário”, por exemplo, “não só mantinha os trabalhadores informados sobre os acontecimentos no seio da classe trabalhadora, mas também funcionava como uma forma de conscientização do operariado de sua exploração” (DANIEL, 2011). Temáticas como a Revolução Mexicana e a movimentação dos trabalhadores em outros países também encontrou grande acolhida nas páginas de *A Guerra Social* (sobre isso, ver MESQUITA, 2011).

Como essas eram as temáticas privilegiadas pela publicação, é possível notar que a questão feminina aparecia apenas de maneira ocasional ou, mais especificamente, como um desdobramento das questões mais amplas concernentes aos trabalhadores. De fato, havia cobertura das greves encabeçadas por trabalhadoras, como é significativo nesta notícia veiculada na edição de 10 de Janeiro de 1912:

² Logo em sua primeira edição, o jornal pedira que: “o melhor processo para que A Guerra Social chegue a ter uma larga circulação, é cada um dos nossos camaradas, que a recebem, conseguir arranjar-nos assinantes. Supondo que sejam 2.000 o número daquelles a quem mandamos o jornal e que cada um nos mande uma lista de 5 assignantes”.

Trabalhadoras em Papelão

As moças que trabalham na fábrica de artefatos de papelão na Praça da República puseram-se em greve no dia 13, reclamando o pagamento dos seus salários em atraso. A solidariedade entre essas operárias era completa, fazendo-lhes esperar uma solução favorável, apesar da resistência dos patrões (A GUERRA SOCIAL, 10/01/1912, p. 02).

O papel da trabalhadora mulher também era análogo ao do trabalhador homem, sendo a sua ajuda na arrecadação de fundos para o jornal de extrema importância, tal como é noticiado na edição de 20 de Agosto de 1911:

A sociedade feminina tem em perspectiva um largo campo de ação. E a sua obra não depende de bonitos discursos, mas sim de um trabalho paciente de organização. (...) A propaganda da Sociedade deve principalmente desenvolver-se no seio da família proletária, porque entre o elemento feminino altamente colocado, nunca a sua propaganda encontrará bom acolhimento. Eu julgo de valor inestimável as festas familiares de propaganda em salão ou ar livre, no campo. (...) Em São Paulo, como em outras partes, o elemento feminino representa classes trabalhadoras respeitáveis pelo número de suas componentes como as costureiras, tecedeiras, floristas, bordadeiras, chineleiras, costureiras de sacos, criadas, cozinheiras e até empregadas no comércio. A sociedade pode muito bem promover a organização destas classes em sindicatos de resistência, dando-lhe um caráter moderno e preparando assim um vasto e fértil terreno onde possa ser lançada a semente da emancipação moral, intelectual e econômica da mulher (A GUERRA SOCIAL, 20/08/1911, p. 04).

Muito embora este não fosse nem de perto parte dos objetivos gerais deste periódico, alguns artigos publicados, no entanto, tratavam exclusivamente de algumas questões concernentes às mulheres. E, neste quesito, é possível observar que este jornal encampava as causas feministas, muito embora isso fosse articulado a partir de um conjunto de representações ambivalentes.

A educação, o casamento e a religião são os principais eixos destas representações, seja pela via do papel de reforço que estes elementos (ligados ao feminino) atuavam na consolidação dos valores da sociedade burguesa, seja pela via de como a rearticulação destes elementos poderia levar ao aprimoramento da luta social e da construção da sociedade revolucionária.

A educação, a religião e o casamento – pilares da sociedade burguesa e focos da ação revolucionária

Um aspecto importante desses jornais é o fato de que eles costumavam encampar uma série de demandas feministas, tornando-se um meio importante de veiculação de suas ideias – principalmente no que diz respeito à emancipação no campo moral. Um exemplo disso, é o trecho publicado em um artigo da edição de 21/09/1912: de acordo com o texto, “o matrimônio atual é uma escola de embustes e hipocrisia. (...) Porque uma mulher que teve relações com um homem, a moral corrente quereria que ela fosse condenada a não ter relações com outro. Qual a razão?”

Segundo o mesmo artigo:

A mulher proletária, da mesma forma que o trabalhador, só pode emancipar-se pela revolução social. Quem lhe fizer esperar a sua emancipação da sociedade atual engana-se descaradamente. Considerada uma *złota* pelo homem e pela lei, é preciso que também conquiste a liberdade por sua vontade; mas não o conseguirá senão associando-se com aqueles que ambicionam a emancipação de *todos* os seres humanos sem distinção nem de sexo nem de raça (A GUERRA SOCIAL, 21/09/1912, p. 03).

Ao discorrer sobre a palestra do Professor Correia Lopes cuja temática era a Mulher no Futuro, o cronista E. Reinoso critica o conferencista pela seguinte passagem: “e num não muito feliz arranco de entusiasmo, o professor Lopes afirmou que, se a mulher é assim hoje, isto é, eterna condenada a só entender de cozinha e a ser pouco menos que um objeto de segunda ordem, é o homem o culpado”. Para o cronista, tal afirmação representa “uma agressão muito grave à lógica das coisas” e a sua argumentação se desenvolve nos seguintes termos:

A mulher, o homem é hoje o que a educação que lhe foi inculcada determina que seja com a diferença apenas de um número regular de revoltados. (...) E sendo a coisa como é, da nossa escravidão moral e, conseqüentemente, material, a educação da mansidão e da resignação é que faz desaparecer todo rasgo de hombridade do homem e que afasta do coração da mulher esse sentimento altruístico e generoso, que tanto a devia caracterizar. Sendo, portanto, todos nós vítimas de uma mesma educação, onde foi buscar o professor Lopes a razão para dizer que os homens são os únicos responsáveis pela escravidão da mulher? (A GUERRA SOCIAL, 03/04/1912, p. 03).

A educação religiosa é apontada como uma aliada poderosa da educação que mantém os valores burgueses intactos:

Por que não disse o professor Lopes que no dia em que a mulher deixar de ser o que é, cairá desesperadamente este regime tirânico, tanto moral quanto materialmente? Ignora que é a trilogia lúgubre a mais interessada em que a mulher continue a ser a embrutecedora da humanidade? Ignora então o professor Lopes por que razão o primordial cuidado do padre foi e é conquistar o coração da mulher? Não sabe que a mãe, no lar, é quem com mais influência contamina essa mocidade que nós quiséramos ver libertada, e que desde o berço lhe infiltra o vírus religioso? (A GUERRA SOCIAL, 03/04/1912, p. 03).

A figura da mulher como “embrutecedora da humanidade” a partir de seu papel na educação familiar e de sua ligação com a religião é um tema que será retomado em outros artigos diversos.

Em “Carta Aberta – Resposta à minha mãe”, por exemplo, esses temas ganham contornos dramáticos:

Querida mãe:

Chegou-me ontem a tua carinhosa carta. Li-a muitas vezes, compreendi-a muito bem. Ah! Minha mãe, quanto me fez sofrer a leitura de tua carta! E sofri e sofro porque estou certo ter sido esta carta que tenho diante de meus olhos escrita com lágrimas da minha carinhosa mãe. Não chores mais, minha mãe, e escuta-me um momento. Sentes-te envergonhada por ser mãe de um anarquista! Porém diz-me ‘Amas o filho e detesta o anarquista’. Está bem, porém há entre o nosso modo de ver as coisas muita diferença (A GUERRA SOCIAL, 21/08/1912, p. 02).

8

O tema da importância da educação e da religião na manutenção dos valores burgueses é retomado nos seguintes termos:

Ela ama-me como filho; odeia-me como comunista. Eis o coração de uma mãe injetado do vírus religioso e que, envolto em inolvidáveis carícias, infiltrou-o no meu, quando pequerrucho, e de meus irmãozinhos. Eu, porém, expeli-o de mim, amo todas as coisas sem que nada me estreite o coração. (...) Essa infame educação jesuítica ordena-te que não ames – e sim odeie os teus próprios filhos que expeliram do coração este narcótico secular que outras mães como tu nos ministraram quando pequerruchos e inconscientes (A GUERRA SOCIAL, 21/08/1912, p. 02).

O tema da recusa do casamento formal também é abordado na carta:

(...) queixa-te amarguradamente de que eu tenha entregue o meu coração a uma mulher que eu não fui comprar, nem àquela prostituta empreiteira do amor – a Lei (...) Não minha mãe, não fui comprá-la a parte alguma. Foi nosso guia único – o amor, e é esse o único laço legítimo que voluntariamente nos liga. (...) Não desonrei ninguém, ou por outra, dignifiquei-me e dignifiquei a que hoje é minha companheira, evitando-lhe a maior das infâmias que sobre um ser-humano pode

pesar: ajoelha-se aos pés da lei, ou da igreja, a apresentar a face para nela ser estampado o selo da escravidão, que é (...) o casamento (A GUERRA SOCIAL, 21/08/1912, p. 02).

Este tema é retomado em diversos artigos, como o publicado na edição de 21 de Setembro de 1912, em que João Grave argumenta que, ao contrário do que afirmava o argumento de que a dissolução do casamento tradicional levaria a uma libertinagem geral, este comportamento tenderia a levar ao alicerçamento de uniões mais estáveis e felizes:

Os indivíduos (homem e mulher) sabendo que estão ligados indissolavelmente por toda a vida, perdem pouco a pouco essas pequenas atenções e esses cuidados a que podemos chamar ‘o sal e pimenta do amor’: de um modo paulatino, o costume e a sociedade dos sentidos contribuem para separá-los. (...) No dia em que homem e mulher não se sintam encadeados pela lei e pelas conveniências, quem ama quererá assegurar a posse duradoura da pessoa amada – compreenderá que deve prosseguir nas atenções e nos carinhos que empregou para conquista-la e que deve continuar vencendo os seus rivais se quiser ser o preferido. (...) Se a monogamia é o fim da evolução humana, só a liberdade mais completa é o caminho para ela (A GUERRA SOCIAL, 21/09/1912, p. 03).

O artigo acrescenta ainda que alguns dizem que:

(...) na sociedade atual o matrimônio é uma garantia para a mulher. Puro erro! São os homens quem fazem as leis e não se esquecem de fazê-las em proveito próprio.

A mulher rica, essa está emancipada, encontra proteção na lei, pode tornar-se livre. O dinheiro é o grande libertador da sociedade atual. Mas o matrimônio legal não oferece garantias à mulher proletária, senão garantias ilusórias, contra o homem que a abandone com os seus pequerruchos. Precisa de dinheiro para empreender causas e pleitos. (...). Além disso, que recursos pode empregar contra um homem que não possui 5 réis e pode tornar inúteis os mandatos de prisão, mudando de rua ou de residência a cada intimação judicial? (...) Pelo que respeita à que tropece com um marido brutal, ébrio, que a explore ou contamine, não poderá ver-se livre dele – a lei tornou-a a sua propriedade, o amo tem direito de usar e abusar dela (A GUERRA SOCIAL, 21/09/1912, p. 03).

O papel revolucionário das mulheres, para *A Guerra Social* passava, necessariamente, pelo dismantelamento dos pilares de uma sociedade burguesa centrada no matrimônio e na religião – eixos estes que a participação feminina era de extrema importância, pois poderia tanto destruir quanto ajudar a perpetuar.

O papel das mulheres na sociedade revolucionária, portanto, para esses periódicos, estava posto analogamente ao papel da educação: ao mesmo tempo em que a

mulher era um ator essencial para a manutenção dos valores da sociedade burguesa, uma vez que responsável por passar a seus filhos a educação religiosa e conservadora do meio, ela era também a figura que teria a potencialidade de desestabilizar esses mesmos valores, a partir de uma educação revolucionária e de acordo com os preceitos anarquistas.

Outros jornais anarquistas e representação do feminino

Em um estudo feito sobre o jornal anarquista *A Lanterna*, Fernandes (2003, p. 264) corrobora uma representação sobre o feminino bastante similar neste periódico em relação às presentes em *A Guerra Social*. De acordo com a autora, nas centenas de artigos publicados por *A Lanterna*, que fizeram referência à mulher, “não só se caracterizou a sujeição feminina, nos diferentes aspectos, mas também revelou-se a sua resistência, na procura de novos caminhos para a superação das condições tradicionais da sua vida, e na luta de oposição aos preconceitos existentes contra ela, em relação ao trabalho assalariado, ao direito ao amor e à união por livre escolha”.

Além disso, “os temas abordados com mais frequência n’*A Lanterna* foram a posição que as mulheres ocupavam na sociedade, a sexualidade e a violência. O foco recaí sobre a opressão moral da mulher e a permanência do discurso e valores masculinos que a restringiam à esfera da vida privada, à maternidade e aos cuidados do lar, considerado ‘seu lugar por natureza’” (FERNANDES, 2003, p. 265).

Também em *A Lanterna*, segundo a autora, a mulher era posta em uma representação ambivalente, servindo tanto como um dos agentes principais da perpetuação dos valores da sociedade burguesa quanto como sujeito revolucionário capaz de suplantá-la. Como uma de suas bandeiras políticas era o anticlericalismo, as principais representações, contudo, se concentravam em torno da *religião* e de sua influência devastadora para a mobilização social.

“Sempre com vistas ao combate clerical e objetivando afastar a mulher da má influência do clero, *A Lanterna* utilizou-se da denúncia dos padres como abusadores sexuais, a fim de manter a mulher, esposa e filha, distante da Igreja”. Além disso, “ao proporem que ela recusasse a influência da Igreja Católica, apresentavam-lhe outra

alternativa chamando-a para estar ao lado do homem, no campo da emancipação e da liberdade para toda a humanidade” (FERNANDES, 2003, p. 265).

Em abril de 1911, por exemplo, esse jornal colocava que “todos sabem que a odiosa missão do padre é desonrar donzelas, seduzir casadas, enganar viúvas e perverter o sacrossanto lar da família num prostíbulo”. Em 5 de Novembro de 1910, ele escreve que os padres “matam, roubam, defloram filhas de família ainda inexperientes, seduzem mulheres casadas, ocasionam a desgraça de muitos lares honrados e pacíficos”.

Esses discursos também podem ser encontrados no jornal anarquista *A Plebe*. Segundo Ribas (2011), a questão feminina era uma temática constante deste periódico e, ao lado das questões trabalhistas, problemáticas como a participação das mulheres na vida pública, as questões de sexualidade e as temáticas do amor livre e dos direitos femininos eram encontradas com frequência expressiva.

“Havia uma preocupação perceptível com questões ligadas ao campo moral nos conteúdos dos discursos publicados em *A Plebe* (...). Mas, mesmo que não fosse possível apresentar um programa anárquico único no que se refere às questões morais, havia sim projetos libertários, cujo objetivo estava focado em instituir uma nova moral relativa às relações afetivas, familiares e à moral sexual”. Em termos gerais, “tratava-se da aplicação da liberdade, que pode ser elencada como valor primordial da ideologia anarquista, acompanhada da igualdade” (RIBAS, 2011, p. 04).

Em 17 de Outubro de 1935, por exemplo, este jornal publicava que “nós entendemos amor livre o direito de amar livremente para ambos os sexos, o direito da mulher escolher livremente o eleito de seu coração, sem encontrar no caminho das suas inclinações os obstáculos da tirania paterna ou preconceitos de uma sociedade baseada na mentira religiosa, na mentira sexual e na mentira do amor”.

Ao analisar os discursos sobre o corpo em *A Plebe*, Ribas conclui que este era pensado como um instrumento para a Revolução Social. E, desta forma, as experiências individuais centradas na sexualidade eram instrumentos para a emancipação social como um todo.

A partir da comparação entre esses três jornais anarquistas, é possível notar que, de uma maneira geral, eles compartilhavam um entendimento similar em torno de qual

seria o papel da mulher na sociedade revolucionária. Compartilhavam, também, uma certa representação comum em torno do feminino, apresentando uma série de imagens ambivalentes, vinculadas especialmente a seu próprio entendimento em torno do papel da educação, da religião, do casamento (e da mulher) na sociedade burguesa.

Considerações Finais

Para Martins e Mattos (2007, p. 162), as representações do feminismo na imprensa anarquista do começo do século estavam postas em um campo de tensões a partir do qual figuras completamente distintas apareciam, dando espaço a diferentes arquétipos do feminino como “a operária lutadora, a esposa-mãe vitimizada, a criada explorada, a beata virtuosa, a donzela ingênua, a freira transgressora, a concubina sensual-ousada”, entre outros. E, neste sentido, “na imprensa libertária as representações do feminino assumem múltiplos sentidos, as operárias eram representadas como ‘bravas’, ‘companheiras de luta’, ora como ‘frágeis e incapazes’ e ‘indefesas’”.

Escritos prioritariamente por homens, esses artigos estavam vinculados às funções atribuídas à mulher na sociedade burguesa, especialmente a educação, seja moral seja religiosa, e postulavam que era justamente na subversão destes papéis que residiam as possibilidades de emancipação feminina e humanística.

Ao longo da maior parte da história da imprensa de esquerda, no país, é possível notar que houve certa correlação de ideais entre as demandas redistributivas tradicionais e as lutas feministas, de forma que a maior parte das questões de gênero eram relegadas a um segundo plano, que seria discutido após a conquista de demandas maiores. De uma maneira geral, é apenas no período pós-1980 que as demandas especificamente feministas entram nos programas dos periódicos, inaugurando um outro conjunto de representações ligadas ao feminino e ao papel da mulher na sociedade revolucionária.

Referências

DANIEL, Adenildo. “A Guerra Social: imprensa, sindicalismo e militância libertária (1911-1912)”. *Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa*, ano VII, n. 21, Outubro de 2011.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1983.

FERNANDES, Marisa. “Imprensa anarquista e sexualidade”. *Cadernos AEL*, v. 10, n. 18/19, 2003, p. 260-283.

GONÇALVES, Aracely Mehl. “A educação libertária e a imprensa anarquista (1917-1927)”. *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiás, Universidade Católica de Goiás, 2006.

LOPES, Dirceu Fernandes. “Uma história marcada por censura e resistência”. *Observatório da Imprensa*, edição 488, 03/06/2008. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/uma_historia_marcada_por_censura_e_resistencia.

MARTINS, Maria Ângela Roberti e MATOS, Maria Izilda Santos. “Meio anjo, meio demônio: representações do feminino na imprensa operária”. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, 2007, p. 161-177.

MESQUITA, Sérgio Luiz Monteiro. “A imprensa anarquista no Rio de Janeiro diante da Revolução Mexicana – ano 1910”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, Julho de 2011.

RAGO, Margareth. “Trabalho feminino e sexualidade”. In PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBAS, Ana Claudia. “Corpo, Liberdade e Anarquismo: perspectivas libertárias nas páginas do Jornal *A Plebe* durante a primeira metade do século XX”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, Julho de 2011.